

HOSPITALIDADE E ELEIÇÃO INTERSUBJECTIVA: SOBRE O ESPÍRITO QUE GUARDA OS LUGARES

***HOSPITALITY AND INTERSUBJECTIVE ELECTION: ABOUT THE SPIRIT THAT
KEEPS GUARD OVER THE PLACES***

Isabel Baptista¹

RESUMO: O presente texto procura evidenciar a dimensão ética dos lugares de hospitalidade, considerando que as marcas que definem uma cidadania urbana, cosmopolita e solidária, assentam na “eleição intersubjectiva”, enquanto experiência de mútua autorização entre seres humanos.

PALAVRAS-CHAVE: Hospitalidade. Eleição intersubjectiva. Laço social. Cidadania urbana.

ABSTRACT: This text aims to underline the ethical dimension of hospitality places, considering that the aspects which define an urban, cosmopolitan and solidary citizenship are based in a “intersubjective election”, as an experience of mutual authorization among human beings.

KEYWORDS: Hospitality. Intersubjective election. Social tie. Urban Citizenship.

¹ Doutora em Filosofia pelo Instituto de Educação, Universidade Católica Portuguesa, Porto. Professora da Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa; Directora da Revista: Cadernos de Pedagogia Social. Coordenadora do Mestrado de Pedagogia Social e da linha de investigação de Pedagogia Social do Centro de Estudos de Desenvolvimento Humano (CEDH), UCP, Porto. Endereço: Rua Diogo Botelho, 1327, Caixa Postal 4169-005, Porto, Portugal. E-mail: ibaptista@porto.ucp.pt.

Introdução

*Quando ouviu dizer que eu ia à cidade, vóvó Ndzimba emitiu as maiores suspeitas: - E vai ficar em casa de quem? - Fico no Hotel, avó. - Hotel, mas é casa de quem? Explicar como? Ainda assim ensaiei: de ninguém, ora. Ou melhor: de quem paga. A velha fermentou nova desconfiança: uma casa de ninguém? Palavreei, para tranquilizar. Porém só agravei – um lugar que é de quem paga? E que espírito guarda uma casa como essa? (Mia Couto, In *Jornal o Público*, 13/4/03).*

Os “lugares de hospitalidade” são lugares de urbanidade, de cortesia cívica, de responsabilidade e de bondade. São lugares nossos que convidam à entrada do outro numa oferta de acolhimento, refúgio, alimento, ajuda ou conforto.

Falar de hospitalidade significa, justamente, ter em conta as múltiplas implicações presentes nessa dupla relação humana: a relação com o lugar e a relação com o outro.

Os lugares de hospitalidade são lugares de pertença e de posse, são lugares de autoctonia e de afirmação identitária. Mas o que é que isso significa? Antes de mais, o que é que entendemos por “lugar”? Quando é que se pode dizer que somos “senhores de um lugar”? Que “espírito” deve guardar os lugares “nossos”?

Por definição, os lugares de hospitalidade são lugares abertos ao outro. Mas quem são, ou quem devem ser, esses outros que nos dispomos a receber e a acolher? Que regras e que rituais devem marcar essa recepção e esse acolhimento?

O local de residência, a paisagem envolvente, as cores, os sons e os cheiros da rua ou do bairro, as narrativas da “nossa gente”, as tradições e os hábitos da “nossa comunidade”, funcionam como nutrientes preciosos do caldo de humanidade que fecunda a singularidade subjectiva e faz a identidade dos lugares. Estamos perante uma noção de “lugar”, em boa medida tributária do pensamento de Augé (1986) e associada à ideia de um espaço habitado. Os lugares precisam ser lugares de “alguém”. Na consciência, porém, de que a humanização do espaço – a sua transformação em lugar – pressupõe o respeito pela hospitalidade do próprio mundo natural. Ele serve-nos de solo de enraizamento temporal, de sustento e de fruição, mas, por isso mesmo, não pode continuar a ser visto como um recurso inesgotável.

A verdadeira riqueza, ou identidade, dos lugares não está nas suas potencialidades materiais, mas sim na forma como são apropriados, percebidos, desfrutados, amados, e,

sobretudo, partilhados. Na relação de partilha, as coisas do mundo transformam-se em conteúdos de interacção e, dessa maneira, deixam de ser simplesmente coisas. Passando a beneficiar de luz antropológica, as coisas adquirem valor e sentido. E é por isso que, “dando, trocando e retribuindo” coisas, as pessoas vão alimentando uma cadeia relacional que transcende a simples circulação ou permuta de bens, como notou Marcel Mauss (1999).

A um nível essencial, mais do que a posse, é a dádiva o que verdadeiramente define a relação interpessoal enquanto experiência de hospitalidade. “Falar em dádiva é falar em vínculos sociais, é falar em pactos entre pessoas, é optar pela aliança” (BUENO, 2008). Ora, o que impele o sujeito para a dádiva é a presença interpelante de outrem que, interrompendo a mesmidade, permite que um sopro de Bem venha despertar a consciência para a bondade da vida e para a trama espiritual que anima o espírito dos lugares.

Hospitalidade e fruição do mundo - “Fazer-se corpo” com a cidade

Como se disse, a aventura da hospitalidade começa na ligação respeitosa e afectuosa com o mundo habitado. Citando o poeta Fernando Pessoa, “cada dia que vivemos sem gozo não conta como nosso”. Honremos, pois, a bondade da vida. Gozemos de tudo quanto desperta os nossos sentidos. Desfrutemos do verde da paisagem, do azul do céu ou do cinzento da chuva. Deleitamo-nos com as cores, os sons, os cheiros, os paladares e tudo o mais que faz a graça e a felicidade da vida. Tratado sem alma e afecto, como objecto de manipulação desmesurada, o mundo natural encontra-se hoje ameaçado por múltiplas agressões, impondo ao ser humano a assunção de limites éticos, sem os quais não é possível a partilha solidária do tempo e do espaço. Não é por acaso que a saúde do planeta surge contemporaneamente no centro das preocupações sociais, justificando um largo consenso político em torno da necessidade de um desenvolvimento humano sustentável.

Tal como defende Lévinas (1990) contrariando a este respeito Sartre e a sua concepção de uma “existência que precede a essência”, como vida privada de sentido, anónima e absurda, o movimento de “auto-personificação” pressupõe a união do “existente com o seu existir”. A identidade pessoal alimenta-se dos laços de enraizamento temporal e estes carecem da vinculação a um ambiente natural, cultural, e relacional – a um território de referência. Por sua vez, as formas de organização territorial influenciam os estilos de pertença comunitária,

condicionando decisivamente as trajetórias de vida e o jogo de possibilidades humanas aberto em cada interação social.

Lembrando que a cidade do Cairo tem um odor distinto da cidade de Marselha, Mongin (2005) associa a vivência territorial, neste caso urbana, a uma “antropologia do corpo”, sublinhando dessa forma a relação que mobiliza matéria e espírito numa experiência intensa, marcada pelo olfacto, pelo tacto, pela visão, pelo paladar, pela audição mas também pelo pensamento, pelo sentimento, pela memória, pela acção e pelo sonho. Importa, neste sentido, promover modos de habitar propiciadores de uma domiciliação feliz no mundo, acessíveis a todas as pessoas, sem excepção.

Hospitalidade recíproca e responsabilidade social - Valor e mistério da “eleição intersubjectiva”

Quando somos receptivos e acolhedores, autorizando a entrada do outro, essa presença humana acaba por nos “tirar do nosso lugar”, chamando-nos para a aventura da solidariedade por força de um misterioso poder de interpelação e de apelação. Acolher alguém de forma hospitaleira significa abrir o espaço próprio sem reservas ou desconfianças. Esta atitude receptiva e confiante corresponde a um passo decisivo na direcção de outrem, mas não define, ou esgota, o sentido da hospitalidade social. Ela corresponde, tanto e tão só, ao movimento que “dá lugar” à experiência de afecção mútua que conduz ao compromisso interpessoal.

Partindo do conceito de “eleição”, tal como foi desenvolvido pelo filósofo Emmanuel Lévinas, e articulando-o com a noção de “atestação reflexiva”, defendida por Paul Ricoeur (apud Baptista, 2007)², chamamos “eleição intersubjectiva” ao encontro interpessoal gerado por uma experiência de mútua autorização ou hospitalidade recíproca.

É que o outro que nos dispomos a acolher é outra pessoa, qualquer outra pessoa – o desconhecido, o estrangeiro, o visitante ocasional ou o amigo, o parente, o vizinho, o colega de trabalho – “alguém”, capaz de nos falar, de nos perguntar coisas, de nos contestar e de nos

² Remetemos aqui para um trabalho anterior onde tivemos oportunidade de fundamentar essa articulação no quadro de uma antropologia filosófica. Assumindo o termo “eleição” na plenitude da sua ressonância bíblica, consideramos, com Lévinas, que ninguém pode tomar o lugar de ninguém na resposta ao apelo de outro ser humano. Esta insubstituibilidade coloca a unicidade humana, a consciência de “si mesmo, num plano ético fundamental” (BAPTISTA, 2007).

chamar à atenção. O que constitui um estímulo precioso no processo de atestação da identidade enquanto caminhada reflexiva que tantas vezes conduz à ilusão de “sermos um outro”, no sentido evidenciado por Ricoeur (1990). A verdade, porém é que, apesar de todas as metamorfoses temporais possíveis, ao longo da vida nunca deixamos de ser “nós mesmos”. Isto é, somos sempre um outro para o outro. E por isso é que a relação entre seres humanos é tão significativa, constituindo a experiência de alteridade por excelência.

Na sua condição igualmente subjectiva, esses outros interpelam-nos, interrompem-nos e trazem sentido novo às nossas vidas. Dessa forma, põem a identidade em questão, desafiando-a a sair para fora de si mesma. É justamente este “outro lado do receber”, que nos interessa sublinhar. A surpreendente entrada de sentido, provocada pela afecção recíproca, desperta a consciência para a aventura da responsabilidade. De notar, porém, que a reciprocidade inerente a uma hospitalidade mútua não é a reciprocidade do reconhecimento social. Precisamos dos outros para ser quem somos, mas não porque a sua presença nos “faça falta” como meio de aprovação e certificação de “nós mesmos”. Ao responder à eleição – à interpelação e apelação vinda do outro –, mais do que saber-se reconhecido, aceite e estimado, o sujeito descobre-se capaz de ser para lá do “simplesmente ser”. Enquanto lugar de eleição intersubjectiva, a experiência relacional permite revelar a unicidade humana, mas não no sentido de simples validação ou confirmação de identidade, como consideram as chamadas “antropologias do reconhecimento”, inspiradas em Paul Ricoeur e prolongadas no plano da reflexão sociopolítica por autores como Charles Taylor, Axel Honneth, e Emmanuel Renault. Partindo de uma concepção relacional vinculada prioritariamente à alteridade e não à identidade, consideramos que é a hospitalidade que gera os fenómenos de reconhecimento e não o contrário.

A interpelação de alteridade humana desperta a bondade ou capacidade para “dar o dom de si mesmo”. Esse subtil “excesso” da hospitalidade é o que, justamente, faz a diferença de todos actos que exprimem a sociabilidade humana. A bondade não está nas coisas que constituem objecto circunstancial da nossa partilha, mas no facto de nos darmos a nós mesmos, de nos pormos totalmente enquanto pessoas, em cada coisa e em cada gesto, deixando que um sopro de Bem faça transbordar a nossa devoção familiar, a nossa amizade, a nossa obrigação profissional e a nossa responsabilidade cívica.

Pela mesma ordem de razões, as práticas de recepção comercial ligadas à hospitalidade hoteleira ou turística não são incompatíveis com a hospitalidade ética, ligada à gratuidade do

dom. Muito pelo contrário. Numa lógica de hospitalidade humanamente autêntica, a “obrigação social” de retribuir um presente, um favor ou um convite, distingue-se da retribuição prevista em qualquer contrato de base jurídica ou comercial.

Hospitalidade e cidadania urbana: o desafio dos “novos lugares”

Associado à experiência de eleição intersubjectiva, o espírito que guarda os lugares reside nesse misterioso laço humano gerado na hospitalidade recíproca e apertado através da responsabilidade moral. Nesta medida, o uso da expressão “hospitalidade urbana” não remete necessariamente para as condições específicas de vida da cidade, mas sim para um traço de carácter humano essencial que transcende qualquer inscrição territorial ou comunitária.

Todavia, como notou Gotman (2004), a hospitalidade surge-nos hoje como categoria sociopolítica de importância central na organização das cidades, em resultado da imensa diversidade cultural que caracteriza o seu tecido social e da inevitável multiplicação de espaços e de serviços urbanos que tendem a fazer com que o cidadão se sinta cada vez mais “um estrangeiro” na sua própria cidade. Isto para além do desafio ligado às dinâmicas de acolhimento dos visitantes dos novos habitantes que continuamente chegam à cidade.

Até que ponto, e de que forma, os lugares que qualificam a cidade contemporânea num mundo cada vez mais globalizado, isto é, atravessado pelas redes de interconexão digital, podem funcionar como lugares de hospitalidade? Que espírito guarda a vida das grandes superfícies, dos espaços públicos, dos locais de trânsito e desses espaços desconhecidos que causam tanta perplexidade à “vovó Ndzimba”, como os hotéis ou “casas de ninguém”, onde “se deslavam os nomes e já não se reconhece parente”, onde só se entra pagando? O que é que há de verdadeira hospitalidade nos múltiplos rituais de “teatralização da hospitalidade” requeridos pelas exigências de habitabilidade e de circulação nos novos lugares?

Num estimulante texto sobre “transhospitalidade”, Milon (2004) apresenta-nos uma reflexão centrada na análise do Metro de Paris abordando as condições da hospitalidade num espaço que, à partida, nos surge como inóspito e intimidante mas que, na verdade, abre surpreendentes possibilidades de vida cívica. O Metro é um lugar labiríntico, de viagem subterrânea, de luz artificial, de circulação rápida e de intensa promiscuidade humana. Não foi

com certeza por acaso que Augé (1986) dedicou a esse mundo subterrâneo a obra inaugural da sua etnologia do próximo. O Metro é m lugar de sociabilidade fugaz e de imprevisibilidade onde espreitam muitos perigos mas, também, múltiplos prazeres sensoriais, espirituais, éticos e estéticos. Estamos assim perante um lugar que sendo de trânsito não deixa de ser um lugar de alteridade, por mais circunstancial e efémera que possa ser a experiência de hospitalidade ou, neste caso, de transhospitalidade. Recusando encarar a viagem de Metro como lugar de “não-actividade e de não-responsabilidade”, Milon (2004) considera que mais do que assegurar o transporte das pessoas, garantindo as suas condições de acessibilidade e mobilidade, trata-se conseguir inscrever os rituais desse trânsito num quadro mais vasto de interacção social.

É este, afinal, o desafio dos novos lugares, o de nos obrigar a repensar, a reactualizar e a ampliar, as antigas leis e praticas da hospitalidade, num esforço de permanente reinvenção da cidadania.

Enquanto espaços que potenciam a hospitalidade intercultural e intergeracional, os lugares públicos, tal como os lugares de trânsito, merecem-nos uma atenção especial. Como as praças, os mercados, os cafés, os parques e os centros cívicos. É preciso ver até que ponto esses lugares funcionam efectivamente como “lugares”, com tudo o que isso implica em termos de interacção humana. Constatamos, por exemplo, que as grandes superfícies, como os centros comerciais, e apesar do seu desenraizamento territorial, carácter homogeneizante e, aparentemente, despersonalizante, são vividos como lugares favoritos por muitas pessoas, sobretudo os mais jovens. Sendo lugares de fruição de “tempo livre”, de leveza, de convívio ameno, de encontro, de namoro, de recreio e de tagarelice, são lugares densos do ponto de vista identitário. Quer se goste ou não, para as novas tribos juvenis estes espaços funcionam como lugares de apropriação e de ensaio de novas sociabilidades.

Na corrente, por vezes tresloucada, dos dias, fazem-nos falta “tempos de hospitalidade” potenciados por zonas intermédias ou limiaries de urbanidade, como os espaços de convívio e os “recantos” que convidam à sinceridade relacional. Precisamos de “terceiros lugares” ou “zonas francas da sociabilidade“, onde se possa chegar sem aviso, onde não seja necessário apresentar credenciais ou “fazer prova” de uma vida merecedora de reconhecimento e de aprovação. Onde se possa ser, simplesmente, alguém para alguém.

Considerações finais: Hospitalidade e Pedagogia Social

Como vimos, no contexto da vida contemporânea, a hospitalidade dos lugares mede-se fundamentalmente pelo tipo de sociabilidade que instauram, pelo espírito humano que os anima, e não tanto pelos rituais de recepção que tradicionalmente caracterizam o acolhimento na “nossa casa” ou na “nossa terra”. De certa maneira, podemos dizer que estamos perante laboratórios sociais onde se exercita a criatividade cívica. Alguns desses lugares, como o Metro por exemplo, funcionam mesmo como uma espécie de “zonas de fronteira”, como lugares de imprevisto, problemáticos, ambíguos, labirínticos e, sob muitos aspectos, sombrios e atemorizantes. Lugares de risco, portanto. Mas essa não é, afinal de contas, a condição inerente a toda a experiência de hospitalidade?

Como lembrou Mongin (2005) ao associar a posse subjectiva do espaço habitado a uma antropologia do corpo, “a experiência urbana potencia uma caminhada poética através de um espaço cénico e político que dá origem a laços originais entre a esfera pública e privada, entre o dentro e o fora”. Trata-se, pois, de saber como fazer para criar condições que potenciem essa caminhada poética e ajudem a recuperar, consolidar ou inventar, estilos de vida que permitam continuar a fazer da vivência urbana uma experiência intensamente corporal e espiritual.

Por serem lugares de relação, os lugares de hospitalidade são, por definição, lugares precários e vulneráveis. Mas é justamente como tal que são preciosos em termos de perfectibilidade antropológica. Diferentes, mas não indiferentes, os seres humanos tocam-se e influenciam-se reciprocamente, quais hóspedes uns dos outros ao longo da vida. Daí a necessidade de lugares ricos em mixofilia, animados pelo valor da diversidade, onde as pessoas tenham ocasião de se encontrarem e de “entabularem um diálogo que valha a pena” (BAUMAN, 2006). Essa arte de aprender a dialogar e a conviver com a diferença constitui o grande motor de desenvolvimento humano, tanto no plano individual como colectivo.

A sociedade do século XXI elege a educação como um direito humano básico, condição indispensável à actualização de todos os outros direitos humanos devendo, como tal, constituir um vector fundamental das políticas de solidariedade³. Este desígnio explicaria só por si a importância de um conhecimento gerado na relação de hospitalidade entre a área da educação e

³ Conforme relatório Jacques Delors, 1986.

da solidariedade social. Mas, valorizada como disciplina científica e como filosofia de acção, a pedagogia social constitui um saber de hospitalidade por excelência na medida em que se refere a uma praxis educativa orientada para a promoção de condições de urbanidade que ajudam a “fazer sociedade e comunidade”, num mundo difícil, deslaçado e complexo. Apreciamos neste sentido a experiência concreta vivida pelo grupo de investigadores do Programa de Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi de São Paulo (BUENO; SALLES; BASTOS, 2008). Tomando como referência o espaço urbano enquanto universo de relações de alteridade, o projecto de pesquisa “São Paulo recebe” procura entender as dinâmicas relacionais em articulação com os estilos de apropriação do espaço, em particular nos bairros centrais da cidade, indagando sobre as possibilidades de acolhimento interpessoal no seio de uma nova hospitalidade urbana. O que nos parece especialmente interessante nesta experiência em curso é justamente a sua perspectiva positiva e pedagógica, ligada à promoção de novas práticas de cidadania e à desconstrução dos estereótipos que marcam negativamente os itinerários de vida, afectando os processos de acolhimento numa cidade que, normalmente apresentada como “selva de pedra”, na verdade nos surge plena de oportunidades.

No mundo urbano ou no mundo rural, importa investir de densidade antropológica os lugares habitados, transformando-os em palcos de vida de “gente de carne e osso” e que, nessa condição, os investem de identidade. Os lugares de cidadania urbana são lugares onde a condição universal do ser humano é reconhecida no brilho de singularidade de cada rosto, como traço de subjectividade e de carácter que, como dissemos, transcende os limites físicos determinados pela história ou pela geografia.

Referências

AUGÉ, Marc. *Un ethnologue dans le métro*. Paris: Hachette, 1986.

AUGÉ, Marc. *Non-Lieux. Introduction à une Anthropologie de la Supermodernité*. Paris: Seuil, 1992.

BAPTISTA, Isabel. *Capacidade ética e desejo metafísico, uma interpelação à razão pedagógica*. Porto: Afrontamento, 2007.

BAPTISTA, Isabel. *Pedagogia Social – uma ciência, um saber profissional, uma filosofia de acção. Cadernos de Pedagogia Social*. v. 2, n. 2. Lisboa: UCP Editora, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Lisboa: Relógio D'Água. 2006.

BUENO, Maielys Siqueira (Org.). *Hospitalidade no jogo das relações Sociais*. Goiânia: Editora Viera, 2008.

BUENO, SALLES & BASTOS. Espaço, universo de relações e a questão da alteridade: uma reflexão sobre a cidade de São Paulo. *Cadernos de Pedagogia Social*, v. 2, n. 2. Lisboa: UCP Editora, 2008.

GOTMAN, Anne (dir.) *Villes et Hospitalité*. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 2004.

LÉVINAS, Emmanuel. *Autrement qu'être ou au-delà de l'essence*. Paris : Albin Michel. Paris, 1990.

MAUSS, Marcel. *Sociologie e anthropologie*. 8 ed. Paris: PUF, 1999.

MILON, Alain. *Une Transhospitalité*. In *Le Livre d' l'hospitalité*. Alain Montandon (dir.). Paris: Bayard Presse, 2004.

MONGIN, Olivier. *La Condition Urbaine*. Paris: Seuil, 2005.

Artigo recebido em 14 de novembro de 2008

Aprovado para publicação em 10 de dezembro de 2008